

Introdução

A universidade brasileira nasceu sob resistência das elites, que enviavam seus filhos para estudar no exterior, fruto de iniciativa governamental em um contexto político, econômico e social que funda seu *éthos* como um legado, atravessando alguns dos dilemas e dos desafios vivenciados no presente. Nasceu temporã,^[1] mas, ainda assim, como bem cultural destinado às elites brasileiras e sem um projeto claro de produção do conhecimento. É o marco normativo da Reforma Universitária brasileira de 1968, por meio da Lei nº 5.540 e dos Decretos-Leis nº 53 e nº 252/1967, que enquadra as instituições universitárias no Brasil, introduzindo algumas das características que elas apresentam na atualidade e às quais devemos fazer face em nosso cotidiano: o sistema departamental (unidade de ensino e pesquisa), o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, a carreira do magistério superior e a pós-graduação.^[2] Essa organização e estrutura do trabalho na universidade visava aumentar sua eficiência e produtividade em um país governado por uma junta militar. As medidas dessa reforma não alteraram o vínculo estrutural entre origem social, renda familiar e educação superior de um circuito reprodutivo em que

obter educação pode ser um canal efetivo de mobilidade social; mas que, em temos coletivos, a chance de que alguém consiga educação

em nível adequado depende, essencialmente, das condições de renda de sua família. Em outras palavras, a educação reproduz um sistema anterior de desigualdade e estratificação social.^[3]

A Constituição Federal de 1988 e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (NLDBEN), Lei nº 9394/1996, criaram um marco normativo cujos efeitos aprofundam muitas das vertentes que vinham se configurando historicamente entre as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas: expansão prioritariamente privada, desequilíbrio regional na oferta, acesso elitizado no setor público e problemas relacionados ao padrão de qualidade da oferta em vários cursos e áreas do conhecimento. Esse marco normativo, que se faz sentir em seus silêncios e em suas determinações, favorecendo a expansão do setor privado,^[4] traz novidades para a estrutura universitária: a avaliação institucional e de cursos, tendo em vista o credenciamento e outros aspectos relacionados à criação de um sistema de avaliação da educação superior que culmina com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)^[5] e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – que vai introduzir um elemento novo no processo de ingresso –, com a ampliação do poder docente na gestão universitária e com um padrão de classificação no qual as universidades articulam ensino, pesquisa e extensão. Essa articulação, exigência legal para as IES públicas, responde ao antigo debate sobre a função básica da universidade: o desenvolvimento da pesquisa científica como núcleo central ou a formação profissional em nível superior vinculando-se, assim, a um projeto de desenvolvimento econômico emergente.

Passados 50 anos da Reforma de 1968 e quase 30 anos da instauração do atual marco legal após a Constituição de 1988, temos, ainda, que encontrar caminhos para problemas relativos à democratização da

educação superior no Brasil. Essa democratização se faz no cruzamento exato da expansão (ampliação do acesso e garantia da permanência) com o desafio da qualidade, problema histórico e estrutural da universidade e da educação básica brasileira.^[6] Atualmente, os problemas do circuito reprodutivista entre renda, origem familiar e educação – expressos como desigualdade e estratificação social (Hustana Maria Vargas e Cláudio Marques Martins Nogueira abordam tais questões neste livro) – tornam-se mais críticos quando considerados negros, índios e populações vivendo no campo brasileiro, cuja reorganização social e política trazem novos matizes para o debate sobre equidade e justiça social na área do acesso à educação básica e à educação superior que lhes importa. Isso, em um contexto de século XXI, no qual o Plano Nacional de Educação (PNE) aponta como meta 30% de acesso para os jovens entre 18 e 24 anos, com 40% de atendimento no setor público. O Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)^[7] buscavam responder às demandas e às urgências de ampliação e permanência na educação superior, ambos criados no governo Lula. Outra linha importante de expansão e acesso está associada à educação a distância, que emerge com força como um vetor de expansão desde a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005^[8] (vários textos deste livro problematizam aspectos relacionados à EaD). Diante dessas novas emergências, as cotas trazem outros horizontes e problemas.^[9] No contexto dessa problemática, também devemos considerar os efeitos sobre o ensino, pois sabemos que os percursos escolares revelam o necessário debate sobre o problema dos conteúdos e da pedagogia^[10] nos processos educativos universitários.^[11] Atualmente, vemos de modo mais evidente como aos problemas acumulados nos processos de expansão e acesso se articulam àqueles relativos à permanência do aluno (pois

são incipientes políticas afirmativas e de assistência estudantil, que deveriam fortalecer a permanência do estudante) e ao problema da democratização do conhecimento e seus processos pedagógicos (Maurício Campomori, Marcos Masseto e Cecília Gaeta problematizam esses aspectos em suas contribuições publicadas neste livro). Ou seja, aos fatores externos que atuam no processo de ingresso somam-se os fatores internos da organização do trabalho pedagógico, promovendo ou não condições mais igualitárias entre os alunos.

A crise por que passa a universidade não é, portanto, conjuntural; é crise estrutural de metas e objetivos, de financiamento e de função social, pois está enraizada na própria crise sociocultural, econômica e política contemporânea. Ela se expressa na concretude diária dos problemas a gerir, na qual questões de orçamento (financiamento que está vinculado aos problemas fiscais e à dívida pública brasileira) se traduzem em falta de recursos para financiar ações de internacionalização, na gestão de periódicos e outras produções acadêmicas e nas dificuldades de integrar a graduação e a pós-graduação; expressa-se, ainda, na urgência das reformas pedagógicas e curriculares, na necessidade de reinventar as práticas pedagógicas dos professores-pesquisadores e no desafio da aprendizagem ativa. A essa dimensão orçamentária, estão associados os problemas de democratização e de sua função social que nos impelem a tomar decisões na urgência das demandas sociais crescentes, em meio a amarras normativas que se cristalizaram, estabelecendo direitos e, por que não, muitos privilégios que dificultam avanços em sentidos mais democráticos e inclusivos.

Essa crise não é passível de solução rápida; a ideia de um fórum sobre educação superior, tal como foram pensados nossos colóquios, visa manter um espaço de debate permanente, colocando em perspectiva temas e problemas e vislumbrando alternativas na esteira

dos processos de expansão, regulação e avaliação que experimentam, nos últimos anos, as universidades brasileiras. Essa iniciativa retoma e continua de modo ampliado iniciativas anteriores no Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT).^[12] Os colóquios foram pensados em termos multimodais, isto é, cada atividade vai se configurando em uma forma específica no diálogo com setores da UFMG (onde os problemas estão instalados, enquanto questões de gestão universitária exigem respostas cotidianas) ou de outras universidades e instituições (onde há inteligência instalada para confrontar pontos de vista): alunos e usuários dos serviços universitários, gestores e técnicos-administrativos lidando com problemáticas de um serviço que importa conhecer, discutir e transformar. Para esse diálogo, são convidados pesquisadores que individualmente e/ou em grupos de pesquisa tenham contribuições acadêmicas ao debate. E o que pode ser um problema “avançado” nas urgências das práticas, pode ainda não ter sido delimitado como problemática de estudos e pesquisas; o que pode já ter solução nas alternativas encontradas no cotidiano, pode ainda não ter sido refletido em termos teóricos e políticos; tanto quanto muitos dos problemas refletidos em campos diversos do conhecimento podem não ter alguma reverberação em nossa prática de gestores, professores-pesquisadores e usuários dos serviços universitários. Afinal, são muitos saberes para construir a universidade, e é aplicando-os que podemos ter uma reflexão aprofundada sobre os aspectos diversos da realidade político-institucional e histórica que tanto nos afeta – professores-pesquisadores, alunos e funcionários, no dia a dia de nosso trabalho no interior das universidades brasileiras e no diálogo dessas instituições com a sociedade. Nada em nosso trabalho permite desfocar o horizonte maior que é a função social da universidade que temos, fazemos, queremos e precisamos. Como pudemos ver ao longo de nossas atividades, muitos

temas foram objeto de debate com convidados internos e externos à UFMG, de órgãos e agências de fomento e regulação, do MEC e de outros parceiros institucionais. Nas diversas contribuições, sempre fica evidente que os problemas que nos afetam também afetam outras IES públicas e privadas, pois, se vários dos problemas decorrem da história da construção dessa instituição no Brasil, eles se apresentam no aqui e no agora de nossas situações de trabalho e de gestão das instâncias que regulam nossa atividade, impondo-nos a tomar decisões que precisam ser instruídas na urgência dos acontecimentos diários.

Esta coletânea brinda a memória desses momentos, feitos pela e para a UFMG, mas abertos ao público em geral interessado, com os artigos que estão agrupados em tópicos em relação com os seminários realizados. Podemos vislumbrar como os temas se configuram no interior da UFMG, como têm relação com temáticas e problemas de outras universidades e como se configuram ou não nos meandros das normatizações no MEC e em outras instâncias acadêmicas e como vão delineando nosso espaço institucional. Apesar de estarem agrupados por temáticas, os textos foram reunidos ao longo dos eventos, e não há um sentido de leitura para eles. Os artigos se implicam mutuamente, na medida em que os problemas de acesso explicam alguns percalços no percurso e eles recolocam o debate sobre as formas de seleção e evasão e desafiam a construção de novas metodologias e estratégias de ensino, bem como convidam-nos a pensar as relações com a educação básica e/ou colocam em perspectiva os egressos. Essa complexidade dos temas abordados aqui, mesmo quando recortados em termos disciplinares, sempre nos convida a vislumbrar, no limite do nosso saber, campos vizinhos, e é como se os problemas nos convocassem a mirá-los em uma perspectiva transdisciplinar.

E, assim, a UFMG comemorou seus 90 anos, como uma universidade que deseja formar gerações que, mais que especialistas de um campo do saber, sejam capazes de exercer profissões diversas, refletindo criticamente sobre os meandros da vida contemporânea. Universidade que se pensa conectada à realidade – necessária –^[13] transparente em sua gestão e democrática em sua vocação pública de fomento à cultura, à ciência e à tecnologia. E o IEAT contribuiu nesse processo, abrindo sua agenda aos temas e às questões latentes e aos desafios analíticos do passado, do presente e do futuro da universidade brasileira.

Daisy Moreira Cunha

Estevam Barbosa de Las Casas

Referências

- CUNHA, Luís Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. *Revista Educação e Sociedade*, v. 25, n. 88, p. 795-817, out. 2004.
- CUNHA, Luís Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Revista Educar*, Curitiba, Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SCHWARTZMAN, Simon. A crise da universidade. *Revista Ensino Superior*, n. 10, jul./set. 2013.

Notas

- 1 CUNHA, 2007.
- 2 Cf. contribuição de Campomori nesta obra.
- 3 SCHWARTZMAN, 2013.
- 4 CUNHA, 2004.
- 5 Trombert, Claudia Griboski, Alamanda Kfour e Cristina Alvin discutem essa temática neste livro. Tema amplamente debatido em nosso Colóquio de Educação Superior: Dimensões e Perspectivas Transdisciplinares – Políticas de Educação Superior: Expansão, Regulação, Avaliação, Belo Horizonte, IEAT/UFMG, 28 e 29 de março de 2015.
- 6 Questões debatidas no Colóquio Educação Superior: Dimensões e Perspectivas Transdisciplinares – O Acesso à Universidade, Belo Horizonte, IEAT/UFMG, 15 e 16 de outubro de 2015.
- 7 Discutido no Colóquio Educação Superior: Cursos e Percursos Transdisciplinares, Belo Horizonte, IEAT/UFMG, 24 de novembro de 2015.
- 8 Esse tema foi abordado recentemente no Colóquio Educação Superior: Dimensões e Perspectivas Transdisciplinares – Desafios do Ensino Superior e EaD, Belo Horizonte, UFMG, 18 e 19 de abril de 2017.
- 9 Discutido no Colóquio Educação Superior: Cursos e Percursos Transdisciplinares, Belo Horizonte, IEAT/UFMG, 24 de novembro de 2015.
- 10 Discutimos essa temática no II Congresso de Inovação e Metodologias de Ensino (CIM): o Estudante como Agente de Mudanças em Comunidade – GIZ/UFMG, realizado em parceria com o Colóquios da Educação Superior/IEAT, Belo Horizonte, IEAT/UFMG, 13, 14 e 15 de outubro de 2016.
- 11 Cf. estudos realizados sobre meandros do percurso escolar de alunos de vários cursos da UFMG neste livro.
- 12 Dentre elas, os Seminários Universidade do Futuro, entre 2011 e 2013, IEAT/UFMG.
- 13 RIBEIRO, 1975.

PARTE I

ACESSO: DEMOCRATIZAÇÃO E INCLUSÃO